

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

POLÍTICA DE MANANCIAS PCJ

GT-REDE DE ÁREAS PROTEGIDAS (GT-RAP)

Ata conjunta 27ª Reunião Ordinária GT-Mananciais e 11ª Reunião Ordinária GT-RAP - 05/10/2018 – 9-13 h

Consórcio de Bacias PCJ – Americana - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AFOCAPI / COPLACANA	Rodrigo Cunha Ducatti (S) Rodrigo Cristofolletti (S) CT-Rural
CATI	Denis Herisson da Silva (T) CT-Rural
CATI	Henrique Bellinaso (T) CT-RN
CETESB	Maurício Magossi (S) - CT-Rural
Consórcio PCJ	Guilherme A. Valarini (S)
Cooperativa de HOLAMBRA	Petrus Weel (S)GT-RAP
DAE S/A Jundiá	Maria Carolina H. D. Simões (T)
INEVAT	Cláudia Grabher (S) GT-RAP
IZ – APTA	João José Demarchi (S) GT-RAP
PM Cordeirópolis	Fábio Luiz Cassiano (S)
PM de Limeira	Meire Menezes Bassan (S)
PUC–Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SANASA	Natália Freitas Colesanti Perlette (S)
SANASA	Ana Lúcia F. R. Vieira (CT-EA)
SMA / CBRN	Natália Gomes Fernandes
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T) - GT-RAP

Membros Ausentes	
Entidade	Representante
CATI	André L. X. Macedo Barreto (T)
Cooperativas de Holambra / HC2	Geraldo G. J. Eysink (T)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira (T) GT-RAP
IAC - APTA	Isabella Clerici de Maria (T)
PM de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (S)
PM de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
Rotary Club São Pedro	José F. Campos Ricardo (S)
Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa (S)

Convidados / Inscritos	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Bruna Caroline Juliani Marina Peres Barbosa Leonardo L. Baumgratz
Consórcio PCJ	Rafael de Melo (GT-Mananciais)
Fundação O Boticário	Renato Atanázio (GT-RAP)
Fundação JPO	Lais Santos de Assis (GT-RAP)
Instituto Florestal	Maria Luisa B. Palmieri (GT-RAP)
PM de Hortolândia	Paulo José Mancuso (GT-RAP)
PM de Limeira	Raquel Schimidt (CT-RN)

GAEMA Campinas	Flaviana Maluf de Souza (GT-RAP)
SAE Indaiatuba	Ildo de Souza Dias (CT-RN) Larissa Santi Del Conte (CT-RN)
SANASA	Amanda Lima (CT-RN) Marília Abdo Palhares (CT-RN)
TNC	Henrique Bracale (CT-RN)
UNICAMP	André M. Argollo Ferrão (CT-RN) Lucy Merhy M. Braga (CT-RN)

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pauta / Pré-reunião: A pauta, a convocação da reunião e os documentos anexos correlacionados foram enviados antecipadamente por mensagem eletrônica para apreciação e sugestões de todos os membros; **2. Abertura da 27ª Reunião Ordinária GT-Mananciais e 11ª Reunião Ordinária GT-Rede de Áreas Protegidas RAP (item 1 da pauta):** Após o *Welcome Coffee*, o Sr. João Primo Baraldi (SR de Rio Claro), coordenador da CT-Rural e do GT-Mananciais fez a abertura da reunião as 9:30 h com uma breve fala enfatizando a importância da educação na nossa sociedade, solicitando em seguida que os presentes se apresentassem. Ao final das apresentações passou a palavra ao Secretário dos dois grupos de trabalho (GT-Mananciais e GT-RAP), Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA), que nesta reunião também está representando os coordenadores do GT-RAP, Cristiano Krepsky (FJPO / Mata de santa Genebra) e Luiz Sertório Teixeira (Fundação Florestal - FF), que justificaram as suas respectivas ausências, para aprovação de ata e informes diversos. Inicialmente comentou sobre esta reunião agregar as CT-Rural, CT-RN e os dois grupos de trabalho em função de ser o principal item de pauta a apresentação da atualização da Política de Mananciais referente as programas III e IV, sob responsabilidade e proposição do GT-RAP; **3. Secretaria (item 2 da pauta):** O secretário Sr. João Demarchi colocou em discussão a minuta da Ata da 26ª Reunião Ordinária do GT-Mananciais, sendo a mesma aprovada apenas com a correção da grafia do nome da Srta. Amanda Alves Lima (SANASA). As minutas de atas anteriores do GT-RAP não foram colocadas em discussão, ficando a aprovação das mesmas para as próximas reuniões ordinárias. **Informes: (3.1)** Assinatura do Termo de Cooperação entre a Agência PCJ e a organização **SOS Mata Atlântica** marcada para terça feira dia 09 de outubro às 9 horas no Centro de Experimentos Florestais da SOS Mata Atlântica em Itu, sendo todos os membros convidados (**Projeto Florestas do Futuro**), porém há um limite máximo de 20 pessoas participantes. A SOS

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

POLÍTICA DE MANANCIAS PCJ

GT-REDE DE ÁREAS PROTEGIDAS (GT-RAP)

Ata conjunta 27ª Reunião Ordinária GT-Mananciais e 11ª Reunião Ordinária GT-RAP - 05/10/2018 – 9-13 h

Consórcio de Bacias PCJ – Americana - SP

assumiu a restauração florestal no IZ (Nova Odessa) em área aproximada de 40 ha e também do Projeto Nascentes de Analândia da Política de Mananciais PCJ (90 hectares); **(3.2)** Assinatura do Termo de Cooperação entre a Agência de Bacias e a **Fundação Grupo O Boticário** está em fase final de discussão, restando análise dos respectivos departamentos jurídicos, bem como o acerto do Plano de Trabalho. O principal objetivo, além do aprofundamento das discussões sobre PSA, é o auxílio da Fundação no aprimoramento da Política de Mananciais e do planejamento estratégico do GT-Mananciais e GT-Rede de Áreas Protegidas; **(3.3) O ICLEI**, através do seu representante Srta. Marina Briant, assistente de Projetos de Biodiversidade e Resiliência do ICLEI América do Sul, com a experiência acumulada no projeto RECONNECTA em parceria com a Secretaria do Verde de Campinas, apresentou o **Projeto Áreas Locais Protegidas** ao GT-Rede de Áreas Protegidas acreditando no enorme potencial de crescimento da Política de Mananciais com o fortalecimento da proteção de áreas no nível territorial de municípios; **(3.4) O IICA, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura**, na pessoa do seu representante Gertjan B. Beekman, coordenador da Área de Recursos Naturais e Adaptação às Mudanças Climáticas, se reuniu com representantes da Agência de Bacias PCJ e coordenadores das CT-RN e CT-Rural para apresentar proposta de parceria nas áreas de bioeconomia e desenvolvimento produtivo, desenvolvimento territorial e Agricultura familiar, comércio internacional e integração regional, adaptação às mudanças climáticas, recursos naturais e gestão de riscos e sanidade agropecuária, inocuidade e qualidade de alimentos, acreditando que a cooperação entre as instituições poderia ser muito benéfica para ambos. As tratativas devem continuar ao longo dos próximos meses para aprofundamento dessas questões de interesse comum; **(3.5)** Informe eletrônico da **Coordenadoria de Recursos Hídricos da SMA** do Estado de São Paulo, solicitando que todos os membros do sistema participem do preenchimento do questionário de reestruturação do Programa Permanente de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos - **Capacita SIRGRH**; **(3.6)** A coordenação da CT-RN e da CT-Rural comunicam que o parecer técnico sobre o Relatório PI foi considerado **APROVADO COM RESSALVAS** e o Relatório Final P2 (Versão Revisão 00 / de agosto de 2018), ambos do **Caderno Técnico "Conservação e uso da água no meio rural e recuperação florestal"** foi considerado **REPROVADO**, sendo solicitado que o mesmo deva ser

reestruturado e revisado de acordo com os apontamentos e anexos entregues ao Grupo Técnico de Acompanhamento, entendendo que o mesmo deve estar plenamente alinhado à Política de Mananciais PCJ e ao Plano Diretor Florestal. Neste item a Sra. Meire Bassan (PM de Limeira) solicitou as referências bibliográficas do Consórcio Profill Engenharia e Ambiente Ltda. e Rhama Consultoria Ambiental Ltda. para que ela possa entender e acompanhar o raciocínio de elaboração do caderno. A Sra. Maria Luisa (Fundação Florestal e CT-EA) informou que no dia 16 de outubro às 9 horas no Mirante de Piracicaba, todas as coordenações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ foram convidadas para uma reunião conjunta da CT-EA/CT-ID com o objetivo de coletar demandas quanto à educação ambiental para aprimorarem o Caderno Temático de Educação Ambiental; **(3.7) O Informativo ÁGUAVIVA** do Consórcio PCJ #97 de outubro de 2018, distribuído aos presentes, aborda como tema central que a Solução está na Natureza e que o mundo começa a substituir a tecnologia cinza pela infraestrutura verde em centros urbanos, corroborando plenamente com a proposta da Política de Mananciais PCJ; **(3.8) Revista P22News da FGV EAESP** de outubro de 2018 apresenta como tema a Gestão do Capital Natural, também enfatizando investimentos de todas as áreas industriais em capital ou infraestrutura natural; **(3.9) RECONNECTA**: Enfocando o Projeto RECONNECTA, a metodologia deve ser replicada para a Região Metropolitana de Piracicaba e Jundiá conforme tem solicitado a Dra. Alexandra Faccioli Martins do Ministério Público (GAEMA Piracicaba). Na Região Metropolitana de Campinas (RMC), o projeto conseguiu agendar e trabalhar continuamente com todos os municípios participantes, sendo que 18 dos 20 compareceram na última reunião e estão acertando as correções para colocar no PDUI como os corredores são vistos pelos municípios individualmente e nas inter-relações municipais. **(3.10.) Compensação do prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes**: O Sr. Paulo Mancuso da Secretaria de Meio Ambiente de Hortolândia relatou que Sumaré e Hortolândia estão fazendo as contrapartidas ao projeto de compensação ambiental devido ao prolongamento da rodovia Bandeirantes. Salientou que é um projeto conjunto entre os dois municípios!; **4. Projeto de Revitalização do Ribeirão Quilombo – (Item 3 da pauta)**: O Sr. Guilherme A. Valarini, coordenador de projetos do Consórcio PCJ, relatou que o prefeito de Nova Odessa, presidente do Consórcio PCJ, Prefeito Bill, diz que é inconcebível o Ribeirão Quilombo estar totalmente poluído

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

POLÍTICA DE MANANCIAS PCJ

GT-REDE DE ÁREAS PROTEGIDAS (GT-RAP)

Ata conjunta 27ª Reunião Ordinária GT-Mananciais e 11ª Reunião Ordinária GT-RAP - 05/10/2018 - 9-13 h

Consórcio de Bacias PCJ – Americana - SP

devido a região urbanizada e quer revitalizar o ribeirão através de 3 pilares: macrodrenagem, qualidade da água (em parceria com a CETESB) e recuperação florestal. Cada coordenador de projetos do Consórcio ficou responsável por um pilar do projeto, e ele com enfoque de sua área de atuação (restauração florestal). O Sr. Guilherme relatou então como está desenvolvendo seu trabalho. A Bacia do Ribeirão quilombo tem 396 km² e abrange um total de seis municípios: Americana, Nova Odessa, Sumaré, Hortolândia, Paulínia e Campinas; o curso d'água percorre 51,387 km desde sua nascente em Campinas até sua foz em Americana; a bacia hidrográfica é caracterizada por uma ocupação majoritariamente urbana; o ribeirão apresenta largura de 2 até 12 metros e profundidade média variando entre 2 e 4 metros. Para calcular o déficit de mata ciliar utilizou-se como base de cálculo a necessidade de reflorestamento de 30 metros em cada margem, uma vez que não se tem informações sobre a cronologia de ocupação dessas áreas, já que, de acordo com a Lei 12.651 (Código Florestal), de 25 de maio de 2012, as áreas de preservação permanente devastadas e com ocupação antrópica pré-existentes a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, obedecem regra de restauração de acordo com o tamanho do imóvel. Quanto ao cálculo da quantidade de mudas necessárias para recuperar esse déficit foi utilizado o padrão 3 x 2 m. Com base nessa metodologia, a cada 10 mil metros quadrados (1 hectare) são necessárias 1660 mudas. Levantou qual o déficit de mudas das APPs da bacia do Quilombo através de estudo da cobertura vegetal do Ribeirão Quilombo e seus afluentes. Levantaram por município quantas mudas deveriam ser plantadas, sendo 30 m de APP de cada lado dos cursos de água e plantio de 3x2 por mapas do Google. Com base de R\$ 20 reais por muda deverá custar R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais). Em Americana já tem iniciativa de recuperar as APPs do Ribeirão Quilombo, havendo necessidade de substituir a espécie *Leucena* que se alastrou por muitos fragmentos. Há projetos para plantio de 9.000,00 mudas de espécies nativas. Nova Odessa já plantou 4.500,00 e a meta é chegar a 10.000,00 mudas. Hortolândia também já está fazendo iniciativas. Quanto a tratamento de esgoto, Campinas já tem ETEs para 100% do esgoto coletado fazendo a ETE da bacia do Quilombo. Como a nascente do ribeirão Quilombo se encontra em Campinas, este já terá o início de suas águas sendo despoluídas nas cabeceiras. Outros municípios da bacia do Quilombo também estão com iniciativas para execução das ETEs e a CETESB está

ampliando o número de pontos de monitoramento na bacia. O Sr Guilherme ressaltou também que todos os municípios da bacia do Quilombo estão realizando o desassoreamento de suas águas. Finalizou a apresentação dizendo que os maiores poluidores dessa bacia são as indústrias de tecelagem. O Sr. Pedro Weel opinou que a união dos municípios para recuperar esta bacia é muito positiva. A Sra. Carolina da DAE de Jundiá, com base no case de Jundiá, ressaltou a necessidade de indicação de índices de coleta e de qualidade da água. Quanto a parte florestal disse que não se pode só indicar dados, na sua opinião impossíveis, de número de mudas 3x2 São necessárias na sua opinião técnicas mais eficientes conforme os avanços tecnológico das formas de recuperação de APPS e dos plantios (vide discussões com o Prof. Ricardo Rodrigues da ESALQ/USP). O enfoque de resultado deve ser através de áreas restauradas, e ainda disse da demanda de áreas para TCRA. O Sr Henrique da CATI, sugeriu trabalhar com conceito de hectares, e custo por hectare de forma que os municípios possam se responsabilizar pela restauração e o Ministério Público pode trabalhar com dados mais reais. O Sr Guilherme então indagou como está sendo feito, sendo respondido pelo Sr Henrique (CATI) explicando que dependendo da técnica considera-se o valor do hectare recuperado R\$ 7.000,00 ou mais. E ressaltou ainda sobre separar os valores por ambientes urbanizados e rurais. Porém, o Sr Guilherme disse, que a compensação através do Ministério Público ainda é por número de mudas em plantio 3x2. A Sra. Carolina ainda acrescentou da necessidade da educação ambiental junto aos municípios, pois as ações se perdem sem essa ação complementar. É necessário introduzir o componente social nas discussões e intervenções. Sobre educação ambiental e ambientes urbanizados a Srta. Natália da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, indicou os parques lineares com ciclovias poderia dar continuidade nas matas ciliares e integrar a população. A professora Lucy da UNICAMP deu os parabéns para a iniciativa do Consórcio PCJ na bacia do ribeirão Quilombo e ressaltou que o começar de alguma forma em algum lugar é fundamental! O Sr Paulo da Secretaria de Hortolândia chamou a atenção da dificuldade de regar o uso das APPs, de se localizar e fiscalizar o uso clandestino e os descartes irregulares e outros, como quadras de futebol em terrenos argilosos, pois nesses se acumulam poças da chuva, podendo contribuir com a criação de mosquitos e aumento da incidência de dengue, por exemplo. Foi ressaltado também a falta de avaliação se a cobertura existente identificada na

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

POLÍTICA DE MANANCIASIS PCJ

GT-REDE DE ÁREAS PROTEGIDAS (GT-RAP)

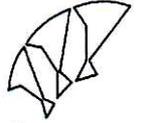
Ata conjunta 27ª Reunião Ordinária GT-Mananciais e 11ª Reunião Ordinária GT-RAP - 05/10/2018 - 9-13 h
Consórcio de Bacias PCJ - Americana - SP

bacia do Ribeirão Quilombo é de mata nativa ou de exóticas como a *Leucena*. Como conclusão: primeiramente um ponto positivo, pois quase não há ocupação antrópica direta na APP do ribeirão Quilombo. Ressalta-se que nesse estudo não foi analisada a qualidade da cobertura florestal em termos de quantidade de espécies e presença de exóticas. O déficit de mata ciliar das margens do ribeirão Quilombo e seus afluentes gira em torno de 350 hectares e necessitaria o plantio de torno de 580 mil mudas nativas para recuperação florestal e teria um custo de *R\$ 11.695.240,00. O custo médio da região de R\$ 20 reais por muda, referente a aquisição, plantio e manutenção por 2 anos. Este item de pauta, incluindo a formação de consórcios entre municípios de uma mesma bacia hidrográfica, articulações como as realizadas pelo projeto RECONNECTA para mapear / identificar fragmentos e unidades de preservação existentes e os possíveis corredores e conexões entre estes fragmentos, gerando maior facilidade para o fluxo gênico animal e vegetal estão inseridos nos Programas III e IV da Política de Mananciais PCJ. Também cabem neste item as proposições sobre parques lineares, pluviais e afins que tem uma visão mais ampla e integrada do território, conforme apresentações da Profª Lucy M. Braga; **5. Atualização da Política de Mananciais - (Item 4 da pauta):** Dando continuidade à reunião o Sr. João Demarchi discorreu sobre a aprovação e atualização da Política de Mananciais. Agradeceu o importante apoio da CT-EA no aprimoramento das discussões, especialmente nos programas III e IV, sendo muito positivo para os resultados da Política. São propostas como atualização para os Programas III e IV (propostas GT-Rede de Áreas Protegidas e Agência PCJ). **Programa III - Áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos:** APRMs, APMs, RPPNs, UCs (uso sustentável e proteção integral); Áreas protegidas (outras ...). Mecanismos: Conforme determinado no Plano das Bacias PCJ, PDRF e particularidades previstas na legislação. **Programa IV - Mata Atlântica e Cerrados:** Incentivo à elaboração do PMMA de forma integrada com o Plano Diretor Florestal Municipal e das Bacias PCJ (PDRF); Integração do PMMA aos demais instrumentos já existentes no município; Disseminação do conhecimento relacionado à sistemática de elaboração do planejamento municipal. Mecanismos: Conforme determinado no Plano das Bacias PCJ, PDRF e particularidades previstas na legislação. Os Programas III e IV seriam classificados como "ESTRATÉGICOS", e por sua natureza, sem a necessidade

de procedimentos operacionais incluídos no texto da política. Cria-se a Rede de Áreas Protegidas. Cria-se o GT-Rede de Áreas Protegidas dentro do âmbito da Política, composto por membros representantes da CT-EA, CT-RN e CT-Rural. Os Programas I e II, considerados agora como programas "ESTRUTURANTES", já com procedimentos operacionais desenvolvidos. Ainda precisamos avançar na definição e adoção de indicadores e metas e no monitoramento contínuo dos projetos e da Política de Mananciais (Gerenciamento de Projetos), podendo caber a instituição de um quinto programa. Em caráter geral, será necessária a revisão dos seguintes itens: Monitoramento das ações: da restauração (vide SARE - Res. SMA nº 32); hidrológico (vide Plano das Bacias PCJ e PDRF); Dinâmica de gestão do GT (CT-RN e CT-RURAL) - a definir; Revisão geral da citação de legislação (vide apontamentos feitos pelo Secretário Executivo na última reunião Plenária dos Comitês PCJ). A Srta. Maria Luiza (IF) fez um excelente complementação da proposta de atualização idealizada pelo GT-Rede de Áreas Protegidas. Sobre o Edital 2018, onde alguns proponentes tiveram problemas na aprovação dos seus projetos, foi encaminhada para a CT-PL, onde o Sr. Henrique (TNC) explicou a negação por parte da CT-PL, pois as complementações das propostas estavam fora do prazo e ou não foram entregues na forma digital. Desta forma foi decidido então a abertura de novo edital nos moldes do primeiro com apenas onze dias para a inscrição para contemplar os projetos já prontos para os mesmos serem aprovados com rapidez e agilizar a implementação das ações da Política de Mananciais. Foram lidos os documentos de indicação dos projetos aprovados e do novo edital, sendo que pequenas alterações foram propostas para aperfeiçoar o documento. O Eng. Henrique (CATI) ajudou nas explicações. Ao final, provocado pelo Sr. Henrique (TNC), houve um grande debate sobre se a UGP dever ter no mínimo 4 ou 5 pessoas. Acordou-se que na verdade isso não garante um bom funcionamento e pode ser exigido apenas um número mínimo de 4 pessoas; **6. Outros assuntos / palavra aberta (item 5 da pauta):** O ofício apresentado pela CBRN/NRPP de Campinas para a UGP de Analândia sobre a entrega de cópia digital dos PIPs foi rejeitada pela maioria presente, entendendo que isso poderia prejudicar as ações neste município em função de uma possível quebra de confiança entre as partes. A Srta. Natália argumentou contrariamente entendendo que o processo de validação do CAR vai acontecer de uma forma ou de outra, e essa solicitação seria

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

POLÍTICA DE MANANCIASIS PCJ

GT-REDE DE ÁREAS PROTEGIDAS (GT-RAP)

Ata conjunta 27ª Reunião Ordinária GT-Mananciais e 11ª Reunião Ordinária GT-RAP - 05/10/2018 – 9-13 h

Consórcio de Bacias PCJ – Americana - SP

parte de um projeto piloto sem finalidade fiscalizadora mas sim educadora. O Secretário Demarchi lembrou que o GT-Mananciais vem solicitando a muito tempo a validação dos CAR's nas bacias priorizadas pela Política de Mananciais, portanto, ele entende que isso seria benéfico para a Política de Mananciais, evitando-se problemas futuros que pudessem ser detectados ainda nesta fase do projeto. Após calorosa discussão, entendeu-se que seria necessário respeitar a posição da UGP de Analândia que foi contrária a cessão dos dados digitais, entretanto, ficou acordado que precisamos aprofundar essa discussão para que outras UGPs já iniciem os contatos com os produtores desmistificando essa questão para que não haja qualquer perda de confiança em fases futuras da intervenção na bacia hidrográfica de abastecimento, o que seria extremamente ruim para o projeto. O técnicos da CATI ou das prefeituras, como de Limeira, diretamente envolvidos com a conquista do respeito e do interesse dos produtores rurais, também se posicionaram contrários à quebra de confiança e do acordo inicialmente feito com os produtores rurais. Sr. João Baraldi também se mostrou preocupado com esse fato; **9. Encerramento (item 6 da pauta):** O Sr. Baraldi, coordenador do GT-Mananciais, agradeceu a presença de todos, encerrou a reunião as 13:40 h, desejando a todos um bom retorno aos seus municípios.

Cristiano Krepsky

Coordenador do GT-Rede de Áreas Protegidas / CT-RN

Luiz Sertório Teixeira

Coordenador Adjunto do GT-Rede de Áreas Protegidas
/ CT-RN / CT-EA

João José Assunção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Rede de Áreas Protegidas - CT-RN